



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0016112-44.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Maria de Fátima Santos da Silva**
 Requerido: **Carlos Roberto da Silva Camargo e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter locado imóvel do primeiro réu, desocupando-o em agosto de 2008.

Alegou ainda que por ingenuidade e falta de orientação não providenciou a alteração da titularidade da unidade consumidora pertinente ao imóvel, razão pela qual as faturas correspondentes continuaram a ser emitidas em seu nome.

Ressalvou que como não houve a quitação de parte delas foi inserida junto a órgãos de proteção ao crédito, chegando a pagar valor que foi tido como insuficiente para cessar a negativação.

O fato da autora ter desocupado o imóvel em apreço em agosto de 2008 não foi impugnado pelo primeiro réu e está demonstrado suficientemente pelo documento de fls. 24/29.

De outra parte, é certo que somente em abril de 2012 a autora comunicou a segunda ré por escrito que não mais residia no imóvel (fl. 46), mas esta ainda assim continuou sendo considerada a titular da unidade consumidora até setembro de 2012 (fl. 88v., segundo parágrafo).

É incontroverso, por fim, que a autora foi negativada por débitos que se venceram após ter desocupado o imóvel.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Assentadas essas premissas, reputo que a pretensão deduzida merece acolhimento.

A responsabilidade do primeiro réu no episódio transparece indubitosa.

Incumbia a ele tomar as medidas necessárias perante a segunda ré para que o nome da autora fosse excluído de seus cadastros, tendo em vista que conservou a condição de proprietário do imóvel, cabendo-lhe zelar pela regularidade dos fatos a ele inerentes.

Reconhece-se que a autora também poderia fazê-lo, mas sua inércia guarda relação com seu status de pessoa simples que desconhecia as consequências que poderiam advir-lhe, de sorte que não poderá ser penalizada uma vez mais por isso.

Já no que concerne à segunda ré, é certo que em princípio não tinha a possibilidade de saber da modificação havida, o que poderia conduzir à ideia de que não agiu ilicitamente.

Todavia, ela foi cientificada formalmente em abril de 2012 que a autora não mais residia no imóvel e ainda assim continuou lançando em seu nome as faturas derivadas do consumo de energia elétrica no imóvel até setembro do mesmo ano.

Se assim agiu, no mínimo assumiu o risco de atribuir os débitos a quem não era realmente o seu devedor e deverá responder pelos efeitos de sua conduta.

Caracterizada a responsabilidade de ambos os réus, deverão implementar as providências postuladas pela autora.

Nesse sentido, haverão de ressarcir-la pelos valores pagos por épocas em que já não estava no imóvel, na esteira dos documentos de fls. 48/51 (destaco por oportuno que a obrigação em debate não é de natureza propter rem, mas toca exclusivamente ao usuário do serviço. Nesse sentido: Apelação nº 0001825-37.2009.8.26.0301, 33ª Câmara de Direito Privado Rel. Des. **SÁ MOREIRA DE OLIVEIRA**, j. 04/06/2012; Apelação nº 9175333- 6.2007.8.26.0000, 17ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. **PAULO PASTORE FILHO**, j. 31.01.2 012; Apelação nº 0001825- 37.2009.8.26.0301, 33ª Câmara de Direito Privado Rel. Des. **SÁ MOREIRA DE OLIVEIRA**, j. 04/06/2012), devendo a segunda ré alterar os seus cadastros para que o primeiro réu passe a figurar como titular da unidade consumidora aqui versada.

Deverão, outrossim, reparar os danos morais sofridos pela autora em função de sua irregular inserção perante os órgãos de proteção ao crédito e também porque isso inviabilizou a realização de transação imobiliária referida a fl. 70.

Todavia, o valor da indenização não será o pleiteado pela autora, que se afigura excessivo.

À míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica dos litigantes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização pelos danos morais suportados pela autora em seis mil reais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para:

- a) declarar a inexigibilidade dos débitos porventura existentes em nome da autora junto à segunda ré;
- b) determinar à segunda ré que no prazo de dez dias tome as providências necessárias para a exclusão da autora de seus cadastros como titular da unidade consumidora do imóvel tratado nos autos, incluindo o primeiro réu nessa condição, sob pena de multa diária de R\$ 100,00, até o limite de R\$ 3.000,00;
- c) condenar os réus a pagarem à autora a quantia de R\$ 551,03, acrescida de correção monetária, a partir do desembolso das importâncias que a compuseram (cf. fls. 48/51), e juros de mora, contados da citação;
- d) condenar os réus a pagarem à autora a quantia de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Torno definitiva a decisão de fl. 74.

Caso os réus não efetuem os pagamentos (itens c e d) no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Transitada em julgado, intime-se a segunda ré pessoalmente para cumprimento da obrigação constante do item b (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 18 de dezembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA